

Recursos naturais e desenvolvimento: novas perspectivas para o debate

Fernando Campos Mesquita
fernandocmesquita@gmail.com
Unicamp

Palavras-chave: Recursos Naturais; Retrocesso Econômico; Oportunidade de Desenvolvimento.

Desde meados da década de 1940 até o atual estágio de globalização, a estratégia de se estabelecer, na América Latina, um modelo de desenvolvimento econômico sustentado por uma produção intensiva em recursos naturais tem sido objeto de um amplo debate. Questiona-se em que medida essa condição representa um retrocesso ou uma nova oportunidade aos países do continente. Nosso objetivo é discutir o posicionamento e as ideias apresentadas por essas linhas de análise.

As formulações teóricas que marcam o debate sobre a relação entre recursos naturais e desenvolvimento podem ser divididas de acordo com dois contextos históricos. O primeiro, predominou, grosso modo, até a primeira metade do século XX, momento em que a condição primário-exportadora despontava como a característica marcante na maioria dos países do continente (FURTADO, 2007). Nessa fase, os argumentos favoráveis à produção primária eram pautados na tese das vantagens comparativas de Ricardo, enquanto que a crítica se baseava na defesa da industrialização como meio da América Latina obter os frutos do desenvolvimento encontrado nos países centrais (CARDOSO, 1993). O segundo ponto, tendo na corrente estruturalista sua base central, apresentou-se como a visão hegemônica da época. Essa perspectiva, embora não pregasse o abandono da produção de bens primários, pois o capital adquirido por meio de suas exportações poderia ser utilizado para a aquisição de maquinários e instrumentos para as indústrias, trazia uma crítica à incapacidade desse tipo de atividade em atuar como motor da economia (PREBISCH, 2000). Isso se justifica pelo maior potencial da indústria em estimular o progresso técnico, os índices de produtividade e, desse modo, ampliar as remunerações de

seus empregados, ao passo que, os produtos primários sofreriam um fenômeno inverso com a deterioração dos preços no mercado internacional (PREBISCH, 2000).

Fortalecia esse ponto de vista, a observação do que vinha ocorrendo nos países latino-americanos. A Venezuela, cujo setor dinâmico da economia se voltava à exportação de recursos naturais, sobretudo, de petróleo, constitui um caso interessante. Como assinala Furtado (2008, p. 49), embora essa atividade conseguisse reter uma maior quantidade de receitas, em comparação aos demais países primário-exportadores baseados em produtos agrícolas, por um lado, seus impulsos na economia eram insuficientes para absorver o excedente de mão-de-obra e, por outro, as fases de expansão petroleira provocava uma sobrevalorização do câmbio e, conseqüentemente, favorecia as importações. Nessas condições, as atividades internas, para sobreviverem, precisavam ser fortemente protegidas (FURTADO, 2008, p. 54).

Entretanto, esse debate assume uma característica distinta no contexto histórico que se inicia na maioria dos países da América Latina entre os anos de 1980 e 1990, e, que aprofunda-se, a partir de 2000, com a entrada da China como compradora de commodities agrícolas e minerais. Ou seja, esse processo ocorre como uma contraposição ao intenso desenvolvimento industrial que se sucedeu, sobretudo no Brasil, na segunda metade do século XX (TAVARES, 1973). No caso, as medidas de reestruturação econômica e abertura comercial, que marcaram a orientação política desse período, transformavam, mais uma vez, os recursos naturais no principal motor das taxas de crescimento (ERBER, 2001).

Essa situação fez surgir inúmeras críticas, que, em partes, retomam o pensamento estruturalista. Bresser-Pereira e Gala (2010), por exemplo, entendem que esse fenômeno pode provocar efeitos como a “doença holandesa”. A ideia é que a exportação de recursos naturais tem a capacidade de impulsionar a acumulação de capital e gerar uma classe empresarial expressiva, porém, ao elevar a taxa de câmbio, desestimula o avanço da comercialização de bens industriais (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 673). Em outro artigo, Bresser-Pereira (2010, p. 69), considera esse fato um responsável direto pelo recente processo de desindustrialização, que, segundo o autor, vem ocorrendo no Brasil.

Porém, os recursos naturais não estão nas mesmas condições daquelas estudadas por Prebisch (2000). Transformações importantes ocorreram nessas atividades desde a segunda metade do século XX. Por exemplo, (a) as mudanças climáticas e a importância de se reduzir a dependência das energias fósseis tem estimulado a emergência de um paradigma tecnológico pautado nas energias renováveis, dentre as quais, se destaca a bioenergia (JACOBSSON; JOHNSON, 2000); e (b) o avanço na engenharia genética e o surgimento da “biotecnologia moderna” impactaram significativamente na agricultura, na medida em que, tem se permitido “criar novas espécies a partir da transferência de genes entre duas outras distintas”, promovendo, assim, o “desenvolvimento de uma planta com um atributo de interesse econômico, como é o caso das plantas resistentes a vírus ou a pragas” (SILVEIRA *et al.*, 2005, p. 102).

Alguns trabalhos vem sendo realizados nessa direção. O estudo de Perez (2010) é uma das principais referências. Essa autora ressalta a dificuldade que a América Latina teria em competir com a produção industrial asiática, onde o custo da mão-de-obra é mais baixo. Mas, por outro lado, essa condição do comércio internacional cria uma demanda por produtos intensivos em recursos naturais, na qual, a Ásia não pode suprir. Essa ideia não significa um retorno às clássicas vantagens comparativas, pois está em jogo a possibilidade de se aproveitar o desenvolvimento tecnológico que os recursos naturais podem gerar. Segundo Perez (2010, p. 125): “the traditional problem of mono-export of raw materials could be turned into a high-growth future of complex technologies and a varied export profile by taking intelligent advantage of the possession of natural resources”.

Nessa nova fase, observa-se que os recursos naturais tem a capacidade de formar um complexo sistema de interações que envolvem: (a) firmas e indústrias complementares; (b) instituições de ensino e pesquisa; e (c) um sistema de infraestrutura e serviços especializados (PEREZ, 2010, p. 127). Ou seja, são redes que estão relacionadas tanto às atividades produtivas, quanto às de pesquisa. Portanto, na visão de Perez (2010, p. 133), os setores intensivos em recursos naturais podem demandar serviços e criar novas oportunidades aos locais que estão inseridos, a partir de um processo, que, em seu conjunto, inclui desde funcionários de baixa qualificação até uma mão-de-obra especializada com alto nível de conhecimento.

Essas teses são reforçadas por Marin et al. (2009). As autoras questionam a tradicional interpretação neo-schumpeteriana que classifica as indústrias intensivas em recursos naturais como de baixa intensidade tecnológica. No momento atual, certas atividades inseridas nesse contexto tem aumentado seu dinamismo, tornando-se, cada vez mais, uma opção estratégica para um desenvolvimento tecnológico e sustentável (MARIN et al., 2009, p. 3). Assim, não é possível enquadrar toda produção baseada em recursos naturais em um mesmo grupo. Cada um desses setores tem uma contribuição específica para o desenvolvimento, sendo que, alguns deles tem demonstrado um alto dinamismo tecnológico, dependência de serviços especializados e demanda por geração de conhecimento.

Por essa perspectiva, a retomada no crescimento dos recursos naturais refere-se a um processo muito distinto daquele que marcou o período primário-exportador. Assim, a própria associação com a ideia da “doença holandesa” precisa ser revisada de acordo com as novas especificidades desse setor (PEREZ, 2010, p. 136). Como defendem Marin et al. (2010, p. 5), muitas das observações que indicaram uma causalidade entre atraso e a abundância de recursos naturais no passado podem não ter a mesma validade no período atual. Embora isso não signifique, necessariamente, a mudança para uma perspectiva otimista, fica claro que o debate sobre os recursos naturais deve ser entendido com ideias distintas daquelas formuladas a partir da observação desse setor na primeira metade do século XX.

278

Referências bibliográficas

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Taxa de câmbio, doença holandesa e industrialização. In: **Cadernos FGV Projetos**, vol. 5, 2010. Disponível em <<http://bit.ly/19mY7nK>>. Acesso em Ago. 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 4, p. 663-686, 2010. Disponível em <<http://bit.ly/MrWEx3>>. Acesso em: Mai. 2012.
- CARDOSO, F. H. Originalidade da cópia; a Cepal e a idéia de desenvolvimento. In: CARDOSO, F. H. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ERBER, F. S. O Padrão de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico e o Futuro da Indústria Brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 5, UFRJ, 2001.

- FURTADO, C. (1958) **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Edição Nacional, 2007.
- FURTADO, C. (1957) O desenvolvimento recente da Venezuela. In: FURTADO, C. **Ensaios sobre a Venezuela**, Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Celso Furtado, 2008.
- JACOBSSON S., JOHNSON, A. The diffusion of renewable energy technology: an analytical framework and key issues for research. In: **Energy Policy**, V. 28, 2000.
- PEREZ, C. 'Technological dynamism and social inclusion in Latin America: a resource-based production development strategy'. **CEPAL Review**, n. 100, 2010. Disponível em <<http://bit.ly/18YGZ3N>>. Acesso em dez. 2012.
- PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MARIN, A.; NAVAS-ALEMAN, L.; PEREZ, C. The possible dynamic role of natural resource-based networks in Latin American development strategies. **CEPAL-SEGIB Project**, 2009.
- SILVEIRA, J. M.; BORGES, I. de C.; BUAINAIN, A. M. Biotecnologia e agricultura: da ciência e tecnologia aos impactos da inovação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n.2, p. 101-114, 2005.
- TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.